Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região é unidade integrante da Secretaria de Orçamento e Finanças.

A conformidade das demonstrações contábeis, realizada no âmbito da Divisão de Contabilidade, busca a garantia da integralidade das informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

No âmbito deste Regional, são evidenciadas as seguintes Demonstrações Contábeis:

Balanco Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Tribunal.

Balanco Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.

Balanco Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Todas as demonstrações contábeis foram elaboradas tomando-se por referência as normas vigentes de contabilidade aplicada ao setor público: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição - MCASP e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

No exercício 2019 o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) estendeu a todos os Regionais a obrigatoriedade de prestar as informações relativas aos centros de custos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Dessa forma, a implementação do sistema de custos, que gradativamente vem sendo efetivado na Justiça do Trabalho, contribuirá para a transparência e a qualidade da informação contábil enquanto instrumento para a tomada de decisão.

Em 31/12/2019, o TRT6 foi notificado para cumprimento de medida liminar em Mandado de Segurança proferida no plantão judiciário da Justiça Federal em Pernambuco que determinou a realização do “depósito judicial do valor destinado à compra do imóvel que abrigará a sede da Justiça do Trabalho em Recife/PE”.

Em decorrência da realização dos procedimentos necessários ao cumprimento da determinação e a transferência dos recursos para depósito judicial, houve o registro do ativo não circulante, objeto da ação, na conta de bens imóveis. Todavia, o TRT6 não tem a posse efetiva do bem, a concretização da aquisição do imóvel é objeto de apreciação judicial, de forma que tal registro contábil será confirmado, alterado ou baixado de acordo com o resultado da disputa judicial.

Faz-se necessário registrar, também, que há algumas questões que ainda dependem de regularização contábil, a exemplo de falta de avaliação e depreciação de parte dos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010. Questões estas que são objeto de gestão da Contabilidade junto às unidades administrativas responsáveis pelas informações que possibilitarão os devidos registros contábeis em relação aos referidos bens.

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanco Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanco Orçamentário, Balanco Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de

Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Recife, 31 de março de 2020
Fredson José Neto do Amorim
Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC n.º PE-020936/O-0